

Crédito rural

Reforma à vista

A CONFEDERAÇÃO Nacional da Agricultura projeta um orçamento para o custeio da safra 2009/10 de R\$ 155 bilhões, sendo R\$ 78 bilhões somente para produção de grãos. Existem duas fontes de preocupação:

1º Onde encontrar recursos para o capital de giro do produtor?

2º O alto grau de endividamento do produtor inviabiliza novos financiamentos, oficiais ou não?

Com muitas renegociações realizadas ao longo dos anos, ficou praticamente impossível conhecer o tamanho do buraco existente. Diante dessa situação, a CNA formulou um pacote de medidas para a reestruturação do crédito rural. O projeto começa a ser discutido na sociedade e tem um cronograma de implantação de quatro anos.

De pessoa física em jurídica

A formalização do produtor rural passa pelo estabelecimento de CNPJ, emissão de balanços e a prestação de serviços de contabilidade. A contra proposta esta em desonerar e estreitar a tributação na cadeia produtiva. O mecanismo seria aplicar alíquotas de 3,0% a 7,0 %, na primeira transação do produto. No final da cadeia, a taxa acumulada variaria de 7.0% a 12,0%.

A idéia – atrair grande parcela dos 99% dos agricultores, basicamente mini e pequenos, que operam na margem informal do agronegócio – é a montagem de um Simples Rural. Para tal, a Lei Complementar 123, que determina as variações tarifárias do Simples “urbano”, seria estendida ao campo. Com base no Censo Agropecuário de 2006, cerca de 80% dos estabelecimentos rurais poderiam ser enquadrados.

A vantagem do Simples é que deu certo no lado urbano e apresenta risco pequeno de perda de receita por conta da alta sonegação. O Simples terá de ser adaptado ao setor rural.

Financiamento integrado

Como o novo sistema integrado possibilitará aos credores terem informações e conhecimento total sobre a dívida do produtor, há espaço para a prática de uma taxa de juros menor.

Centralizado em uma única instituição, pode ser um mecanismo de alavancagem das carteiras de crédito, além de garantir mais subsídios ao produtor, ao seguro rural de renda e ainda uma isonomia entre o capital próprio e os de fontes não-oficiais.

Pelo sistema atual, as operações de financiamento são individualizadas. O produtor rural pode pegar financiamento oficial do governo, emitir uma Cédula de Produto Rural (CPR) e ainda comprar insumos em revendas do interior usando como garantia a safra colhida.

Uma notícia boa é o fim da exigibilidade na aplicação de crédito rural. Este valor corresponde, atualmente, em 30% dos depósitos livres dos bancos. O governo passaria a ser responsável pela dotação de recursos às carteiras dos agentes financeiros, por meio de programas de auditorias. A contrapartida das instituições com maior aplicação seria a reciprocidade de um repasse maior de recursos públicos.

E, para o produtor, o elemento de estímulo para participar formalmente do sistema estaria em ter o direito de prosseguir na renegociação da sua dívida.

A nova política agrícola minimizaria ainda a “discrepância da cesta de juros” paga

Conheça o Simples

O título VII (“Da Ordem Econômica e Financeira”), Capítulo I (“Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica”), da Constituição de 1988 estabelece que:

“A União, os estados, o Distrito Federal e os municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei”.

Em cumprimento a esse preceito constitucional, surgiu a Lei Federal nº 9.317/1996, que instituiu o Simples, para atrair empreendimentos à órbita regular, legal, formal da economia brasileira. Esse sistema unifica, simplifica e favorece o recolhimento de tributos por micro e pequenos estabelecimentos. Há dois tipos de restrições para aderir ao Simples: quanto ao faturamento e quanto ao tipo de atividade.

As vantagens oferecidas pelo Simples às micro e pequenas empresas incluem:

- Tributação com alíquotas favorecidas;
- Recolhimento centralizado de impostos e contribuições federais;
- Cálculo simplificado do valor a ser recolhido;
- Escrituração simplificada das atividades empresariais;
- Dispensa do pagamento de contribuições federais;
- Dispensa de retenção de tributos e contribuições na fonte;
- Isenção dos rendimentos distribuídos aos sócios e ao titular, na fonte e na
- Declaração de ajuste do beneficiário.

pelos produtores rurais nas diferentes regiões brasileiras. No Centro-Oeste, a média de juros é maior, quando comparado ao Sul e Sudeste. Por sua vez, diminuíram os dispêndios públicos para equalização dos juros nas parcelas das dívidas negociadas, que poderiam serem usados para equalizar preços e garantir renda ao produtor. ■